



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA

PARECER JURÍDICO

**A PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA Nº 02/2025 AO PROJETO DE LEI MUNICIPAL
Nº 040 DE 23 DE JUNHO DE 2025.**

A Mesa Diretora desta colenda casa, através de seu Presidente Vereador Volnei de Oliveira, remete a esta Assessoria Jurídica Pedido de Parecer Jurídico a Cerca da Emenda Modificativa nº 02/2025 apresentada ao **PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 040 DE 23 DE JUNHO DE 2025**, proposta pela bancada do PDT.

O Projeto de Lei Municipal nº 040 de 23 de junho de 2025, tem por objetivo instituir a obrigatoriedade de realização e apresentação de exame toxicológico para os Vereadores da Câmara Municipal de Barra Funda, aos secretários municipais, prefeito e vice-prefeito, e aos conselheiros tutelares do município de barra funda, e dá outras providências.

Em resumo, a emenda proposta tem por finalidade alterar a o Art. 1º do referido projeto de lei, para incluir os Cargos em Comissão na obrigatoriedade, bem como, propõe a inclusão de um Parágrafo § 1º para estabelecer como requisito prévio para ingresso e a permanência no exercício das funções, a não existência de registros de violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha).

Dessa Forma, considerando as atribuições desta Assessoria Jurídica passo a análise jurídica da referida Emenda.

1. Quanto a forma:

A RESOLUÇÃO Nº 367 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015, que estabelece o regimento interno da Câmara de Vereadores de Barra Funda, estabelece que:

Art. 154. Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra, podendo ser:

- I - supressiva, que manda erradicar qualquer parte da principal;
- II - substitutiva, que apresenta como sucedânea de outra, em parte ou no todo, neste último caso denominando-se “substitutivo geral”;
- III - aditiva, que acrescenta novas disposições à principal;
- IV - modificativa, que altera a proposição principal sem modificá-la substancialmente. Parágrafo único - Denomina-se “subemenda” a emenda apresentada a outra.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA

Assim, conforme disposto no art. 154 a Emenda Apresentada enquadra-se em Emenda Aditiva, e não em Emenda Modificativa, visto que tem por finalidade acrescentar novas disposições ao projeto Principal. Estando, portanto, inadequada quanto a forma.

Ademais, para estar em conformidade com a forma adequada, a inclusão deveria ocorrer como parágrafo único, e não como parágrafo primeiro.

Ainda, destaca-se que o art. 156 do regimento interno colaciona o seguinte:

Art. 156. Não será admitida emenda que não seja pertinente ao projeto.

Nesse sentido, destaca-se que o objeto do projeto é a instituição da **OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE EXAME TOXICOLÓGICO PARA OS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA, AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, PREFEITO E VICE-PREFEITO, E AOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, portanto, o objeto do projeto é a instituição de Exame toxicológico, e conforme o regimento interno não pode ser admitida emenda que não seja pertinente ao projeto.

Dessa forma, conforme dispositivos do regimento interno, entende-se que a Emenda não está adequada quanto a forma, bem como, não é pertinente ao objeto, contrariando os dispostos nos artigos 154 e 156 do Regimento Interno.

2. Competência Legislativa

Nos termos do art. 30, I e II, da Constituição Federal, os municípios podem legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

A vedação ao acesso a cargos públicos em razão de registros de violência doméstica diz respeito à moralidade e à probidade no serviço público – temas que podem ser considerados de **interesse local** e afetam o regime jurídico dos servidores públicos municipais.

Entretanto, qualquer norma municipal deve respeitar os princípios constitucionais, especialmente os direitos e garantias fundamentais.

2.1. Princípio da Presunção de Inocência

O projeto prevê a **não existência de registros de violência doméstica**, sem especificar se se trata de **denúncia, inquérito, processo em curso ou condenação transitada em julgado**.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA

O princípio da presunção de inocência foi consagrado no artigo 9º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, segundo o qual todo indivíduo acusado deve ser considerado inocente até que sua culpabilidade seja legalmente declarada.

Nesse mesmo sentido, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, promulgado no Brasil por meio do Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992, dispõe, em seu artigo 14, item 2, que toda pessoa acusada da prática de um delito tem o direito de ser presumida inocente enquanto não houver comprovação legal de sua culpa.

O item 5 do referido artigo 14 delinea o que se entende por comprovação de culpa, ao estabelecer que toda pessoa declarada culpada por um delito possui o direito de recorrer da sentença condenatória e da pena a um tribunal superior, nos termos da legislação vigente.

Da leitura do dispositivo infere-se que a comprovação legal da culpa ocorre com a prolação de sentença penal condenatória, ainda que sujeita a recurso perante instância superior. Ou seja, conforme o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, a partir da sentença penal condenatória, mesmo de primeiro grau e ainda recorrível, afasta-se a presunção de inocência, instaurando-se a presunção de culpa.

Em consonância com os diplomas internacionais anteriormente mencionados, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992, estabelece, em seu artigo 8º, item 2, que toda pessoa acusada de um delito tem direito de ser presumida inocente enquanto não for legalmente comprovada sua culpa.

A Constituição Federal de 1988, por sua vez, ao ser cotejada com os referidos tratados internacionais, ampliou de forma significativa a proteção conferida pelo princípio da presunção de inocência.

No ordenamento jurídico brasileiro, a presunção de inocência encontra-se positivada no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição da República, o qual determina que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

Dessa forma, constata-se que a formulação do princípio da presunção de inocência nos tratados internacionais supracitados é mais restritiva do que aquela estabelecida na Constituição Federal brasileira.

Conforme os instrumentos internacionais mencionados, a presunção de inocência subsiste apenas até a declaração de culpa, a qual, a depender da legislação interna do Estado signatário, pode ocorrer com a prolação de sentença penal condenatória em primeira instância, ainda que sujeita a recurso, ou com sua confirmação por instância recursal, mesmo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA

que ainda caibam outros meios impugnativos. Já no ordenamento constitucional brasileiro, a culpabilidade somente se configura com o trânsito em julgado da decisão condenatória.

Neste ponto, é imprescindível observar o **princípio da presunção de inocência**, previsto no art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal e nos diversos instrumentos internacionais descritos acima.

Portanto, **vedar o acesso ou permanência em função pública com base apenas em denúncia, inquérito ou processo ainda não julgado, como é proposto na referida emenda** viola esse princípio constitucional.

Também, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que **restrições de acesso a cargos públicos por antecedentes criminais só são admissíveis quando houver condenação penal definitiva** e desde que haja **nexo com as atribuições do cargo** (STF – RE 591054/MG, com repercussão geral reconhecida).

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica emite parecer no sentido de que a Emenda Modificativa apresentada pelos Vereadores Jonas Alves e Maurício Augusto De Marco encontra-se em desconformidade com o Regimento Interno, além de afrontar princípios constitucionais e normas de direito internacional, razão pela qual recomenda-se sua rejeição.

Barra Funda, 08 de Agosto de 2025.

Jaqueli da Silveira
Assessora jurídica/OAB RS 86.539